

A forma urbana no ‘aqui’ e no ‘agora’

Na recente chamada de artigos para a Revista de Morfologia Urbana, fizemos a autores nos países lusófonos a seguinte pergunta:

O que a forma das cidades tem a ver com as formas de apropriação das cidades?

Recebemos dezenas de artigos buscando e desenvolvendo respostas. Sabemos que esta questão está no centro da pesquisa sobre espaço e processos sociais, incluindo, entre tantos, os seguintes aspectos:

- a forma urbana como projeção, resultado e agente de processos históricos;
- vitalidade urbana e urbanidade como expressão de morfologias, e vice-versa;
- a percepção, cognição e comportamento humano moldando e respondendo ao ambiente urbano;
- a emergência de sociedades como sistemas de encontro e movimento a partir de padrões espaciais inerentes;
- a formação de estruturas urbanas a partir da diferenciação entre grupos e classes sociais;
- a projeção da segregação social na forma da segregação espacial.

Essa questão hoje clássica motivou algumas das grandes proposições teóricas que inauguraram os estudos urbanos como disciplina amparada em pesquisa empírica sistemática: da leitura de Lynch em 1960 à forma urbana e sua influência em mapas cognitivos e nossa orientação e navegação no espaço urbano; da leitura de Jane Jacobs em 1961 e 1969 sobre cidades como sistemas de complexidade organizada, baseados na apropriação pedestre de espaços, uma apropriação profundamente associada à forma do próprio espaço,

mesmo que Jacobs não oferecesse uma teoria analítica sobre ela; da extraordinária leitura sistêmica e topológica da forma urbana de Alexander em “*A city is not a tree*” em 1965; da análise de Martin e March em 1972 sobre a associação entre forma arquitetônica e densidades; da visão de Hillier e Hanson em 1984 sobre a profunda relação entre a configuração dos caminhos e ruas e a presença de corpos no espaço a partir de diferentes princípios para a materialização da copresença como dado social elementar; entre outros.¹

Essas abordagens contribuíram para assentar o estudo da forma urbana em bases científicas, ainda que elas estejam em diferentes estágios e tenham tido diferentes ênfases ao longo desse processo de sistematização progressiva da pesquisa desde essas gêneses iniciais. A presente edição temática traz implicitamente uma homenagem a esses *corpus*. Algumas de suas vertentes têm se desdobrado em abordagens mais e mais precisas empiricamente enquanto outras têm repercutido concreta e positivamente sobre o planejamento, o desenho urbano e o debate público sobre cidades ao trazer nova sensibilidade à centralidade da apropriação pedestre e da presença do corpo na vida urbana e social. Outras abordagens virão.

Trata-se ainda de uma espécie de (re)visita às abordagens que formaram muitos de nós como pesquisadores e que permanecem vivas na academia lusófona, mesmo que possam ter sua atualidade discutida frente às vastas novidades em pesquisa urbana, como aquelas voltadas para sistemas complexos, as novas tecnologias de análise de dados urbanos e o *big data*, ou os renovados estudos qualitativos baseados em técnicas etnográficas. A RMU está atenta a essas tendências, e pretende abrir espaço e estimulá-las nos territórios de língua portuguesa.

No entanto, esses novos fenômenos ou sua aceleração e as novas leituras e meios de captura do fenômeno urbano não podem implicar esquecimento da importância de uma instância específica, rica e central: a esfera da *reprodução* da vida social em contato e a partir de seus espaços, historicamente produzidos, e de sua apropriação. Essa instância evoca a forma como espaços influenciam nossas práticas no *aqui* e no *agora*. Implica estudar a relação entre coisas muito diferentes em termos de materialidade e temporalidade: os espaços urbanos, lentamente gerados e moldados, às vezes sujeitos a forças de mudança e ruptura; e nossas experiências e apropriações mais voláteis, que podem mudar com grande liquidez – ou, ao contrário, se estabilizarem no tempo, animadas por nossos *habitus* e formas de vida, expressos e amparados por esses espaços.

Como podíamos imaginar, respostas distintas a essa questão clássica foram produzidas por nossos autores. Diversas, elas expressam de fato epistemologias e tradições distintas, e trazem um painel de diferentes visões do urbano, do humano e do mundo social que compõem um panorama contemporâneo e abrangente da pesquisa sobre o tema.

Em Verticalizar e ver o mar: ambiente construído e agentes sociais envolvidos na fabricação do ‘Altiplano Nobre’, Thuany Medeiros, Marcele Trigueiro e Lucy Donegan investigam o poder da legislação em moldar a morfologia de áreas urbanas de acordo com pressupostos tipológicos pouco examinados e potencialmente desastrosos em seus efeitos. Usando métodos distintos para identificar a evolução dos espaços da área, revelam o lugar do Estado e sua retração em seu papel mediador das interações dos diferentes atores, e em seu papel de detectar e evitar ações individuais potencialmente danosas coletivamente via planejamento e parâmetros para a produção do espaço urbano.

Em Vitalidade, movimento e interface interior x exterior nos centros das cidades: uma análise das principais vias comerciais do centro de Florianópolis e Balneário Camboriú, Letícia Barause e Gustavo Peters de Souza investigam empiricamente as relações entre tipo

arquitetônico, uso do solo e dinâmica em áreas centrais das cidades de Florianópolis e Balneário Camboriú, em Santa Catarina, como elementos de vitalidade. Observando traços do passado desses espaços via recurso fotográfico, seus achados nos fazem pensar sobre a sinergia no tempo entre tipos arquitetônicos, a lenta substituição da forma construída, e o movimento de pedestres animando o espaço público.

Manuela de Carvalho e Ruth Ataíde exploram em **Intervenções temporárias no espaço público da cidade de Natal - RN: O caso do movimento Eco Praça** a hipótese do distanciamento das pessoas do espaço público em decorrência da configuração urbana, e possíveis respostas na forma de movimentos sociais que reclamam e reconquistam o espaço público. Esses movimentos incluem intervenções temporárias e a mobilização social em torno do resgate e transformação do uso de praças subutilizadas, como formas de resistência e movimentos de reapropriação de lugares – e sujeitos.

Em Choques morfológicos e crises de sociabilidade no espaço universitário e no espaço urbano, Luiz Augusto Fernandes Rodrigues faz uma reflexão crítica sobre modelos morfológicos modernos que se estabeleceram em nosso país ao longo do século XX, sua ênfase formal, traços de idealização e apelo turístico. Trata das aparentes descontinuidades entre áreas de campi universitários uniformes e seus entornos extramuros urbanos permeados por lógicas similares, e suas repercussões sobre formas de sociabilidade e diversidade cultural.

Em Cidade, modos de ver e de fazer vitalidade urbana no dia a dia, Thereza Carvalho e Fernanda Pacheco evocam e investigam as vibrantes relações entre morfologia urbana, apropriação espacial e vitalidade social. Cobrem amplo espectro de abordagens levando em conta as formas de análise em diferentes disciplinas associadas ao urbano, seus focos e limites. Fiéis ao conceito de ‘apropriação social’ como inerentemente diversa e orgânica, aliam o “potencial narrativo das abordagens qualitativas” a leituras históricas e morfogenéticas, para enfatizar sobretudo a pequena escala – das forças agregadoras do convívio às ‘cidadanias insurgentes’.

Marlysse Carla da Silva Rocha e Valério Augusto Soares de Medeiros evocam em **Quando a cidade convida: lições de urbanidade em Afuá, Pará, Brasil** uma urbanidade relacionada à apropriação dinâmica do espaço urbano. Os autores investigam atributos de acessibilidade, permanência e encontros no caso peculiar de espaços públicos livres de tráfego de veículos motores associados ao modo regional da construção amazônica.

Em **Sociabilidade urbana de vizinhança**, Marta Roca Muñoz e Circe Maria Gama Monteiro trazem uma nova abordagem às qualidades espaciais de cidades e seus efeitos sobre tipos de encontros que intensificariam a sociabilidade urbana. As autoras identificam o surgimento de padrões de comportamento social a partir da reunião de abordagens distintas, como a ‘teoria das facetas’ e a análise de qualidades espaciais no caso exploratório de uma localidade do Recife-PE, Brasil.

Vânia Loureiro, Valério Medeiros e Rosália Guerreiro exploram o que chamam **A lógica socioespacial da favela**. Analisando empiricamente 120 assentamentos informais em diferentes países, os autores investigam a possibilidade de existência de padrões espaciais que atravessariam diferentes contextos regionais e culturais. Investigam ainda o quanto eles reproduziriam padrões inerentes à chamada ‘cidade orgânica’ de origem medieval, usando uma amostra de 45 cidades portuguesas.

Em função do número de submissões, desdobraremos esta edição temática no segundo número de RMU em 2019. Portanto, teremos mais a discutir sobre este tema, em conexão com as Conferências da Rede Lusófona de Morfologia Urbana (*Portuguese-language Network of Urban Morphology*, PNUM) e o *International Seminar on Urban Form* (ISUF).

Na Seção Aberta de RMU, Aitor Varea Oro, Paulo Alexandre Monteiro Vieira e Mariana Ribeiro de Almeida nos trazem **Nem perpetuar nem erradicar: uma proposta de transição para as ilhas do Porto**. Debatendo ideias de intervenção na estrutura urbana de assentamentos nessas ilhas, os autores exploram a necessidade de cumprir procedimentos de controle urbanístico como forma de ampliar a

equidade no acesso a direitos urbanos e sociais.

Em **A evolução do traçado urbano e o desmonte de um bairro fluvial: o caso da Penha (1930 – 2018)**, Luciano Abbamonte da Silva e Angélica Alvim discutem a relação entre traçado urbano, relevo e hidrografia enquanto elementos de identidade da forma urbana. Usando um bairro da cidade de São Paulo como caso, os autores investigam a transformação de seus espaços no tempo, identificando os conflitos resultantes da interface entre a hidrografia e as vias que definem o espaço público.

A RMU tem um papel importante: seguir fomentando a produção e o debate sobre forma urbana e seus processos sistêmicos, multidimensionais, em dez países e territórios onde o português é língua oficial, distribuídos em quatro continentes: além de Portugal, temos o Brasil, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Timor-Leste, Guiné Equatorial, Macau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. São quase 290 milhões de falantes nativos, e um volume considerável de produção potencial em pesquisa. A maior parte desses países tem urbanização mais recente, emergindo em contextos de colonização, assim como seu envolvimento em pesquisa e ciência. Como editores, estamos alinhados com o entendimento sobre uma necessidade dupla de tanto reforçar nossos *standards* em pesquisa, quanto em desenvolver temas e abordagens rigorosas que expressem as idiosincrasias e culturas desses contextos distintos. Esse certamente é uma questão chave no debate urbano contemporâneo² a explorar nas próximas edições de RMU.

Este editorial marca ainda o início de nosso trabalho conjunto à frente da Editoria da Revista de Morfologia Urbana. A partir do convite de Vítor Oliveira e colegas do Comitê Editorial, assumimos esta tarefa no final de 2018. Nossa intenção é de dar seguimento ao trabalho de ampliar a presença e visibilidade da RMU como veículo de publicação de pesquisas e reflexões em andamento nos países lusófonos. Para isso, introduzimos algumas novidades, como a **Seção Temática**, com chamadas de artigos focadas em questões específicas, como forma de estimular o debate no campo, e intensificar as conexões entre o universo da forma urbana e os

processos sociais, históricos, econômicos, subjetivos – humanos – e ambientais que a envolvem.

Introduzimos ainda um novo espaço digital, o *website*

<http://revistademorfologiaurbana.org/> e uma plataforma para submissão e revisão dos artigos, fazendo uso do *Open Journal System* (OJS) como meio para interações com autores e revisores ao longo do processo de editoração. A RMU seguirá recebendo artigos de temas diversos, independentes de chamadas de artigos com tema específico, na **Seção Aberta** em cada nova edição. Portanto, autores produzindo em português terão em nossa Revista boa oportunidade de submeter seus trabalhos ao crivo de especialistas e, uma vez aprovados e publicados, também de receber o interesse de nossos leitores.

Julio Celso Vargas
Renato T. de Saboya
Vinicius M. Netto

Editores da Revista de Morfologia Urbana

Notas

- ¹ Lynch, K. (1960) *The image of the city*. Cambridge: The M.I.T. Press.
- Jacobs, J. (1961) *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Random House.
- Jacobs, J. (1969) *The Economy of Cities*. New York: Random House.
- Alexander, C. (1965) A city is not a tree, *Architectural Forum* 122/1, April, pp. 58-62 (I); 122/2, May 1965, pp. 58-62 (II).
- Martin, L. e March, L. (eds.) (1972) *Urban Space and Structures*. Cambridge: University Press.
- Hillier, B. e Hanson, J. (1984) *The Social Logic of Space*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ² Santos, B.S. (2012) Public Sphere and Epistemologies of the South. *Africa Development*, Vol.XXXVII, n.1, 2012, pp. 43–67.
- Robinson, J. (2016) Comparative urbanism: New geographies and cultures of theorizing the urban. *International Journal of Urban and Regional Research*, v.40, 1, 187–199.
- Robinson, J. e Roy, A. (2016) Global urbanisms and the nature of urban theory. *International Journal of Urban and Regional Research*, v.40, 1, 181–186.